

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



UFSC NA MÍDIA - CLIPPING 28 de agosto de 2012

Diário Catarinense - Visor

"Falou e disse... Boletim"

Zeca Nunes Pires / Depoimento / Documentário / Salim Miguel / Recuperação / Brasília



Diário Catarinense - Visor

"Clube da esquina"

Milton Nascimento / Show / Centro de Cultura e Eventos da UFSC



Diário Catarinense - Juliana Wosgraus

Milton Nascimento / Show / 50 anos de carreira / Teatro da UFSC / Pedro Leite



Diário Catarinense - Diário do Leitor

"Serviços" Servidores públicos federais / Greves / UFSC

Serviços

Greves de diversas categorias de servidores públicos federais se arrastando por meses afora por todo este país, e em quase todas, os pedidos são os mesmos: reajuste salarial, melhores condições de trabalho e, por fim, não descontar os meses parados. O que será a melhor condição de trabalho? Uma jornada de apenas seis horas diárias e ser contra o controle de presença através de ponto eletrônico, como diz um outdoor de um sindicato vinculado à UFSC?

Francisco Zanella Nunes Florianópolis

Diário Catarinense - Gerais

"Assembleia na UFSC pode encerrar greve"
Servidores técnico-administrativos da UFSC / Fim da greve / Sindicato dos Trabalhadores
da UFSC – Sintufsc

GERAIS

SERVIDORES 1

Assembleia na UFSC pode encerrar greve

Depois dos professores, os tecnico/administrativos da Universidade
Federal de Santa Catarina (UFSC)
podem acabar com a greve que já
dura mais de quarenta dias. Hoje, a
categoria se reúne em assembleia para apresentar aos servidores o acordo
assinado pelo governo na sexta-feira.
Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc), o acordo não
atende a totalidade das exigências da
categoria, mas representa um avanço
nas negociações. Com relação ao reajuste, por exemplo, ele seria de 15%
feito em três anos a partir de 2013.

SERVIDORES 2

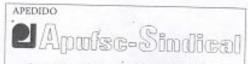
Corpo do IF-SC votará proposta do governo

Os servidores técnico-administrativos e professores do Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC) também se reúnem em assembleia hoje para decidir o rumo da greve, que começou em 16 de junho. Segundo o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe), o indicativo é de que a proposta do governo seja aceita e os trabalhos retomados. Caso isso aconteça, as aulas devem ser retomadas já na primeira semana de setembro, colocando em dia o calendário.

Diário Catarinense - A Pedido

"A posição da Apufsc-Sindical sobre a greve na UFSC"

Professores da UFSC / Fim da greve / Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras – Fasubra / Servidores técnico-administrativos da UFSC / Conselho universitário – Cun / Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina - Apufsc-Sindical



A posição da Apüfsc-Sindical sobre a greve na UFSC

Os professores da UFSC, em Assembleia tealizada nos dias 15 e 16 do corrente decidiram, com votação em urnas, pelo fim do movimento de greve, iniciado em 11 de julho do corrente.

No primeiro dia, em amplo debate, participaram 199 professores e, no segundo dia, 959 votaram em urnas, sendo que 534 optaram pelo fim e 418 pela continuidade. Compareceram às urnas, cerca de 50% dos professores da UFSC que se encontram na ativa.

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) que congrega, no plano nacional, os servidores não docentes decidiu, no dia 24, pelo fim da greve da categoria, aceitando e assinando a proposta governamental. Todavia, os Servidores Têcnicos e Administrativos da UFSC deliberação o encerramento ou continuidade da greve apenas no dia 28 do corrente. O Gonselho Universitário (CUII) foi convocado para uma

O Conselho Universitário (CUn) foi convocado para uma reunião no dia 23 do corrente, na qual não constava na pauta o restabelecimento do calendário acadêmico, suspendido em reunião deste Conselho no dia 24 de julho. O Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical), em oficio dirigido à presidente deste Conselho, solicitou a apreciação de uma sugestão de calendário acadêmico com início em 03 de setembro, observando a particularidade de cada Centro e respectivos Departamentos. Esta reunião do CUn, realizada no auditório da UPSC e com uma ampla participação de estudantes sob a pressão de vaias e aplausos, decidiu a convocação de nova reunião no próximo dia 29 do corrente para, só então, deliberar, sobre o calendário académico. Cabe ressaltar que a decisão do CUn de 24 de julho suspendendo o calendário é inusitada para uma instância institucional que, assim, assumiu a greve sobre si e que agora se vé diante de uma armadilha decorrente de sua própria decisão. As circunstâncias exigem a retomada de atividades na UPSC, cabendo ao Conselho deliberar sobre a proposta da Apufsc-Sindical de Início do calendário acadêmico em três de setembro.

A Diretoria da Apufsc-Sindical reconhece a situação de precariedade para o funcionamento da universidade e a legitimidade da greve de nossos colegas servidores técnicos e administrativos, apoiando-os em suas causas. Por outro lado alerta a comunidade universitária e o CUn para não se deixarem conduzár por atitudes protelatórias que tenham como objetivo apenas estender ilegitimamente a greve na UFSC com prejuizos para o ensino, especialmente o de graduação e colocando em risco o prestigio que nossa instituição universitária goza diante da sociedade.

O governo tem o prazo de 31 de agosto para enviar a sua Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDA) para o Congresso, mas não tem prazo para enviar o seu projeto de lei sobre a carreira.

Há vários problemas não resolvidos ou não-esclarecidos na proposta do governo. Todas estas questões podem ser negociadas, mas exigem uma ampla discussão, o aposo da sociedade e um intenso e constante trabalho de base junto aos nossos parlamentares.

O que não é possível é achar que todas estas questões possam ser resolvidas em uma greve.

Diretoria e CR da Apufsc-Sindical

Notícias do Dia - Brasil

"Greve de servidores: Impasse deve se manter até hoje"

Governo federal / Servidores públicos federais / Greve / Confederação dos Trabalhadores
do Serviço Público Federal – Condsef / Ministério do Planejamento /

Proposta de reajuste de 15,8%



Notícias do Dia - Panorama

"Só 10% na universidade, ontem e hoje" Brasileiros no ensino superior / Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE / Blog *A Mão Visível* / Alexandre Schwartsman



Diário Catarinense Política

"Previdência: setor público equilibrado só em 2013"

Previdência / Servidores da União / Tribunal de Contas da União - TCU / Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp / Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Setor pu so em 210

Conclusão é de levantamento feito pelo TCU sobre impacto do fundo para servidor federal

A previdência dos servidores te esse prazo de transição, há servidoda União só deverá atingir o equilíbrio em 2103. É a conclusão do levantamento do Tribu- contribuem menos para o regime. nal de Contas da União (TCU), gime especial de aposentadorias e pensões para funcionários público federal levará décadas para ser zerado, mesmo com o sistema complementar de previdência para a categoria.

e acordo com o estudo, a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) trará equilíbrio a longo prazo, mas aumentará o rombo da previdência do funcionalismo nos próximos 20 anos. Isso porque, duranres se aposentando pelo sistema antigo, enquanto os novos funcionários

Segundo a análise do TCU, o défique aponta que o déficit do re- cit da previdência do serviço público alcançará, em valores nominais, o recorde de R\$ 99,9 bilhões em 2035, para então começar a diminuir. No modelo antigo, o servidor público contribuía com 11% sobre o salário total e tinha direito a se aposentar com o mesmo salário da ativa.

Depois da criação da Funpresp, os benefícios foram limitados ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), hoje em R\$ 3.916,20, mas as contribuições dos funcionários foram limitadas a 11% sobre esse valor máximo.

Notícias do Dia - Cidade

"Os 100 dias da nova reitora"

Reitora Roselane Neckel / UFSC / Vice-Reitora Lúcia Helena Pacheco / Greves / Volta às aulas / Privatização do HU / Rua Deputado Antônio Edu Vieira / Transparência / Pendências

::: Cidade

EDITOR: RODRIGO LIMA

🔄 rodrigolima@noticiasdodia.com.br

@rodrigolima_nd

Os 100 dias da nova reitora

UFSC. Roselane Neckel fala sobre os desafios de gerir a maior universidade de Santa Catarina

aline.torres@noticiasdodia.com.br ₩ @alinetorres_ND

FLORIANÓPOLIS — No dia 21 de agos to, Roselane Neckel completou uma data simbólica para ocupantes de cargos públicos: 100 días. Ela é a primeira mulher eleita ara comandar a UFSC - a maior universidade do Estado – em 51 anos de existência. Filha de agricultores, Roselane nasceu

em Santo Amaro da Imperatriz. Em 1978, foi sorteada para uma vaga no Colégio de Aplicação e ficou na universidade até 1988, quando se formou em História. Voltou em 1996, mestre em História pela PUC-SP, mãe രൂClara e com experiência docente em ou-

tras universidades. Diretora eleita do Centro de Ciências e Filosofia Humana, conheceu Lúcia Helena Pacheco, eleita vice-reitora em novembro de 2011.

Lúcia é de Florianópolis e tem a vida entrelaçada com a academia. Entrou na universidade em 1972, quando estudava no Aplicação. Graduou-se em Engenharia Elétrica e Psicologia. Em 1989 começou a lecionar na UFSC. A filha se formou em Engenharia Sanitária e Ambiental, o marido é professor da Engenharia Elétrica e os três irmãos também são formados pela UFSC.

Em duas horas de entrevista, Roselane, ao lado da vice-reitora, avaliou o início da gestão, expôs problemas, antecipou projetos e mapeou as mudanças planejadas.

Prioridades. Roselane Neckel tomou posse em majo e vem investindo na



transparência e na parcería com o

Avaliação das greves

"Assumimos a reitoria dia 11 de maio e no dia 11 de junho os STAs (servidores técnico-administrativos) entraram em greve. Nossa preocupação foi terminar o primeiro semestre. Só a UFSC e a Universidade do Rio Grande do Norte atingiram essa meta. Nós reconhecemos as greves como legítimas, mas sabemos que esta não é uma situação fácil. Trabalhamos no ritmo permitido, para que não houvesse prejuízos às pessoas, tomando decisões coletivamente com o Conselho Universitário.

órgão máximo dessa instituição. Priorizamos as necessidades dos alunos, conseguimos dar continuidade à alimentação de 1.900 jo vens em fragilidade econô-mica. O RU (Restaurante Universitário) ficou aberto por uma semana, mesmo com a greve. Depois disponibilizamos ônibus até o campus do Itacorubi, no período letivo. Houve um

grande esforço para que a Pró-reitoria de Graduação mantivesse as formaturas. Técnicos e professores colaboraram, garantindo a outorga de grau, para que os alunos graduados pudessem prestar concurso e não perderem oportunidades de emprego"

Voltas às aulas

'Amanhã (quarta-feira) o Conselho Universitário se reunirá para definir a data. Uma informação importante é que essa greve não foi a única que atrasou o semestre letivo. Isso já ocorreu, por exemplo, em 2002, 2003 e 2004. Entre 1979 e 2012 foram 36 greves".

Na sexta-feira o Sintufsc (Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de Santa Catarina) assinou o acordo pelo fim da greve. Hoje, às 14h, o comando local de greve convoca assembleia para encaminhar a decisão ao comando nacional e aguardar o prazo para volta das atividades, paralisadas desde 11 de junho.

Privatização do HU

Reconhecemos

as greves como

legítimas, mesmo

sabendo que esta é

uma situação dificil.

"A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares é vinculada ao MEC (Ministério da Educação), e por sugestão

do próprio ministério foi citada para gerir o HU (Hospital Universitário), que tem um papel fundamental no Estado. A adesão à empresa não significa privatização. Mas estam analisando a melhor alternativa para garantir a qualidade do HU".

Rua Edu Vieira

O Conselho Universitário defende que o projeto proposto pela Prefeitura de Florianópolis, de duplicação de um trecho de 800 metros entre o restaurante Dona Benta e a Eletrosul, não resolverá o problema do trânsito e poderá prejudicar a co-munidade do Pantanal. Queremos um projeto viável e bem construído. Por isso, o conselho solicitou que a prefeitura elegesse membros para participar das reuniões. Mas a prefeitura não enviou os nomes. Então, na última reunião, o conselho aprovou uma comissão que fará o projeto e o encaminhará à prefeitura

"Nesse período de transição estamos buscando mais informações sobre a UFSC, que eram superficiais. Não se sabia nem quais áreas pertencem à universidade. Estamos mapeando tudo. Também instauramos medidas

para a política de transparência, que to defendido pela atual administração. Buscamos a consolidação do Reuni, para não perdermos o apoio do governo federal. Estamos revertendo prazos de reintegração de posses e reestrutu-rando todos os departamentos".

FIQUE POR DENTRO

- 6 campi: Florianópolis (Trindade, Itacorubi, Sul da Ilha), Joinville, Curitibano e Araranguá
- e 48.860 estudantes
- 2.233 professores ativos
- a 2.860 servidores ativos
- e 57 departamentos
- 11 unidades universitárias
- e 39 cursos de graduação
- **⊕ 52** habilitações
- 26 cursos de doutorado
- 104 cursos de mestrado
- 88 especializações
- Orçamento anual d R\$ 1,2 bilhão

 O Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) foi instituido em 2007 para promover a expansão da educação superior no pais. O incentivo é do MEC, para criar medidas que estimulem o crescimento do ensino superior público em termos de espaços físicos e aprimoramento curricular.



Duplicação, Rua Deputado Antônio Edu Vieira

Uma corrida de obstáculos

FLORIANÓPOLIS - Junto com a posse da nova administração central, em maio, vieram as surpresas. A antiga gestão da UFSC deixou pendências em aberto e sequer comunicou sobre prazos e processos que iniciou. Ao todo, são 23 projetos atrasados. A administração atual assumiu sem informações sobre funcionários, departamentos e áreas da instituição. Roselane Neckel apurou os problemas em Brasília e agora corre para revertê-los.

Em entrevista ao Notícias do Dia, na manhã desta segundafeira, a reitora enumerou-os. Há casos de prédios que deveriam estar prontos há dois anos e que não foram construídos, e o sério problema do Centro de Convivência, onde as obras foram paralisadas e de onde foram retiradas seis caçambas de lixo há poucas semanas. Ali chegaram a se abrigar 12 moradores de rua.



Situação delicada. Greve dos servidores técnico-administrativos começou em junho e deve terminar nos próximos dias em todos os campi da universidade

Transparência é princípio da atual administração"

Reitora diz que

ficou sabendo da

liberação para a

contratação de

servidores.

só em junho

Dois anos de atraso

O MEC (Ministério da Educação) liberou verba de R\$ 20 milhões para criação de projetos para a construção de sete prédios, com o intuito de ampliar vagas e atender as metas do Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Os projetos deveriam ser entregues em 2010, mas não foram executados. Para não perder o recurso e a parceria com

o programa, a atual reitoria conta com o apoio da Pró-reitoria de Planejamento e dos departamen-tos de Arquitetura, Engenharia e Obras Prediais. O prazo vence em dezembro, mas antes disso serão abertas licitações, segundo Neckel. Outros cinco prédios deveriam estar construídos desde 2008, mas as obras estão atrasadas.

Regularização de posses

A atual gestão negocia com a Prefeitura de Florianópolis e a Secre-taria de Patrimônio da União a

reversão de processos para desalojar famílias. Foi encaminhado pedido de regularização de posse para seis que vivem na fortaleza de São José da Ponta Grossa e para as famílias que moram na Serrinha há 30 anos.

Contratação de servidores

Desde 2010, estava liberada a contratação de 271 técnicos-administrativos. No entanto, a reitora soube disso agora em junho, quando foi a Brasília. Roselane Neckel expõe que com o trabalho desses funcionários irá capacitar o Setor de Compras, onde três pessoas compram os materiais de ensino, pesquisa e extensão para

40 mil pessoas. Além disso, a Comissão de Licitação atende com seis funcionários. Há, também, uma decisão judicial que prevê que 117 servidores aprovados em concurso deverão ser chamados para vagas no Hospital Universitário. A UFSC abrirá 150 vagas para professores.

Pesquisa às claras

Há laboratórios que dependem da energia elétri-

ca para o êxito da pesquisa. No entanto, não há geradores nesses locais. Na Moradia Estudantil, onde residem 143 estudantes, além de não existir local para estudo, falta iluminação adequada. As questões estão sendo resolvidas.

Inauguração apressada

O Bloco I, com capacidade para dois mil alunos, foi inaugurado em 10 de maio, dia da nova reitoria ser empossada. Sem água, luz ou acesso para os estudantes, o caminho é um lamacal. Uma

força-tarefa resolve as pendengas e o prédio estará ativo em setembro.

Lixo e moradores de rua

Em 1979 foi inaugurado o Centro de Convivência, mas ele foi abandonado, com a justificativa de que tinha sérios problemas estruturais. O laudo técnico demonstrou o contrário: o prédio só precisa de reformas. A administração iniciou obras emergenciais – pintura, restauração do piso, colocação de vidros e adequação da fiação elétrica. Foram tiradas seis caçambas de lixo, e 12 moradores de rua viviam lá dentro.

Em busca do acerto

Roselane Neckel e Lúcia Pacheco divulgam os projetos da nova administração.

Alojamento da Ressacada

Estudantes dos cursos de Licenciatura Indigena e Educação no Campo são hospedados pela Universidade, de acordo com o projeto pedagógico que não tem a intenção de tirar os alunos dos locais de origem. Para economizar, será construído um alojamento na Ressacada para esses alunos e outros que precisem do mesmo auxílio.

Áreas mapeadas

Foi pedido ao Patrimônio da União levantamento de todas as áreas que pertencem à universidade. A intenção é pensar projetos para aproveitamento de todos os espaços, como o Instituto Arco Íris, no Centro da Capital, as áreas dos manguezais e o parque do Córrego Grande – cedido à prefeitura para desfrute da comunidade. A intenção é ampliar as vagas em Araranguá, Joinville e Curitibanos.

Parque Viva Ciência

Será criado um Museu da Ciência interativo em Florianópolis, na área do aterro da Baía Sul. Estão sendo buscados parceiros para viabilizar a construção.

Outras mudanças

· Os cursos de ensino à distância, citados como re-

Administração iniciou obras emergenciais no Centro de

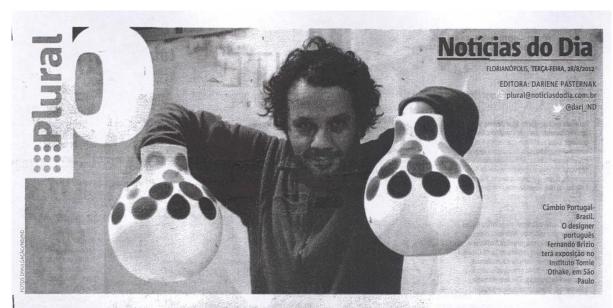
Convivência, obra que estava parada. ferência pelo MEC, estavam fragmentados em diferentes coordenadorias e agora foram adaptados em uma só. com o intuito de otimizar recursos Os editais, antes direcionados, serão abertos à comunidade acadêmica. para que qualquer membro tenha chance de participar.

- Serão abertas 100 vagas para mes trado e doutorado.
- · Estão sendo restauradas as redes elétricas e hidráulicas no campus da Trindade.

Notícias do Dia - Caderno Plural

"Florianópolis fica fora da programação"

Ano de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal / Celebrações / Florianópolis / Influência açoriana / Cônsul Honorário João Lupi / Casa dos Açores de Santa Catarina / Fundação Catarinense de Cultura / Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes - FCFFC / Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC - NEA / Joi Clétison Alves / 19ª Festa da Cultura Açoriana / São Francisco do Sul







Florianópolis fica fora da programação

Intercâmbio. Comemorações bilaterais do Ano de Portugal no Brasil passam em branco na Capital

CAROL MACÁRIO

carolmacario@noticiasdodia.com.br Mecarolmacario ND

FLORIANÓPOLIS - No dia 7 de setembro, data em que se celebra oficialmente a independência do Brasil de Portugal, portugueses e brasileiros se unem para cele-brar o Ano de Portugal no Brasil e de Brasil em Portugal. Uma programação diversificada segue até 10 de junho de 2013, promovendo a diversidade criativa, artística e cultural dos dois países, além de estreitar vínculos econômicos e entre a sociedade civil. Em Florianópolis, apesar da inegável influ-ência açoriana na cidade, as cele-

brações passarão em branco. Segundo o cônsul honorário de Portugal em Florianópolis,

João Lupi, as entidades que po-deriam realizar atividades comemorativas na Capital seriam os núcleos de pesquisa sobre a vinda dos imigrantes dos Açores (arqui-pélago de Portugal) a Santa Catarina. "Mas eu mesmo estou pouco informado sobre qualquer programação", diz.

Carin Machado, diretora da Casa dos Açores de Santa Catarina, órgão vinculado à Fundação Catarinense de Cultura, diz que até então não foi prevista nenhuma atividade. Também a FCFFC (Fundação Cultural de Florianó-polis Franklin Cascaes) não tem ainda na agenda nenhum evento relacionado ao tema.

Outro núcleo que se dedica ao estudo da influência açoriana na região, o NEA (Núcleo de Estudos Açorianos) da UFSC (Universi-dade Federal de Santa Catarina), não tem atividades programadas "Pensamos em fazer algo, mas nossa estrutura é muito pequena", afirma Joi Clétison Alves, coordenador do Núcleo. Segundo ele, em decorrência dos preparativos para a 198 Festa da Cultura Acoriana. que este ano será realizada em São Francisco do Sul entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro, não seria possível realizar dois eventos simultaneamente.

A programação nas cidades brasileiras e portuguesas, contu-do, segue diversificada pelos próximos dez meses, e as inscrições de projetos, programas ou ações à obtenção da chancela do Ano de Portugal no Brasil encerraram no dia 30 de junho.

Exportação. Os irmãos que assinam a poltrona acima, estão na exposição em Lisboa que mostrará nomes design brasileiro



de Portugal, nem enviará trabalhos daqui para ser mostrado lá

Saiba mais odeportugalnobrasil.pt

Promoção da cultura

A orquestra portuguesa Gulbenkian fará turnê pelo Brasil

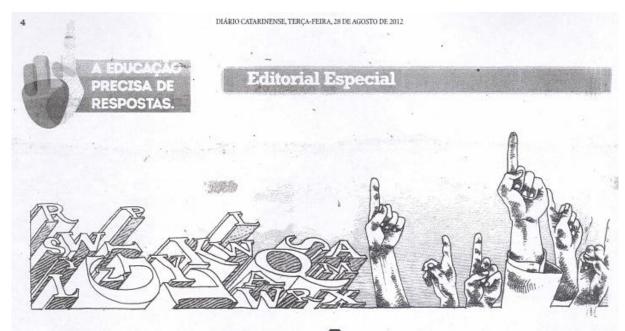
Segundo o texto oficial do comissário geral português no Brasil, Miguel Horta e Costa, o Ano de Portugal no Brasil será como um conjunto polifacetado de manifestações que representen um Portugal moderno, inovador e aberto. "Ambicionamos, por meio de uma programação eclética e multidisciplinar, mostrar no Brasil a criatividade e o conhecimento portugueses nas artes cultura e pensamento, na economia e inovação tecnológica, na ciência e investigação", afirma.

Além da importância do evento no âmbito da cultura, o intercâmbio na produção artística colabora com outros setores, como o do turismo. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, além de Belo Horizonte que abre a programação no Brasil no dia 9 de setembro, sediam a maior parte da programação, com destaque para mostras de arte, música e teatro, além de atividades nas áreas de ciência, educação, inovação, tecnologia, esportes, entre outros.

Diário Catarinense - Editorial Especial A Educação Precisa de Respostas

"Por quê?"

Brasil / Ranking Mundial de Educação / Relatório de Monitoramento Global da Unesco / Ensino médio / Carreira de professor / Participação dos pais na vida escolar dos filhos / Aprendizado de Matemática / Déficit educacional



POR QUÊ?

e somos um povo pacífico, ordeiro, criativo e empreendedor; se somos o maior país da América do Sul e a sexta economia do mundo; se temos uma democracia consolidada e desfrutamos de plenas liberdades; se contamos com uma produção agrícola exuberante, uma indústria forte e um promissor parque tecnológico; se a renda do trabalhador brasileiro está aumentando e milhões de pessoas estão ascendendo socialmente; se temos recursos naturais abundantes para promover a qualidade de vida de 190 milhões de brasileiros; se reduzimos significativamente o analfabetismo e ampliamos a rede escolar, por que o Brasil ocupa o constrangedor 88º lugar no ranking mundial de educação medido pelo Relatório de Monitoramento Global da Unesco entre 164 países?

Se temos uma juventude saudável; se nos orgulhamos da mistura racial de nossa população; se somos pentacampeões mundiais de futebol e multilaureados na alegria do Carnaval; se nossos talentos esportivos brilham nas competições internacionais; se nossas crianças e adolescentes são recordistas no uso de internet e de novas tecnologias digitais; se praticamente eliminamos as disparidades de gênero no acesso ao ensino e nossas mulheres conquistam cada vez mais espaço no mercado de trabalho; se nove entre 10 jovens brasileiros sonham com uma profissão que beneficie a sociedade; se as crianças e adolescentes brasi-

leiros contam com um dos mais modernos códigos de proteção do mundo, por que 34,5% dos alunos do ensino médio não estão na série correspondente a sua idade?

Se 90% dos nossos jovens têm orgulho de serem brasileiros e 75% acreditam que o país está mudando para melhor; se está comprovado que a escolaridade é a principal porta da ascensão social; se o magistério é uma profissão digna e admirada pelas crianças, que amam as mestras quase como uma segunda mãe; se a sociedade reconhece a importância dos educadores na formação dos brasileiros do futuro; se existe um déficit significativo de docentes no ensino médio e fundamental; se a era digital representa um desafio para profissionais que realmente desejam fazer a diferença, por que apenas 2% dos estudantes querem seguir a carreira de professor?

Se o progresso de um povo depende do desenvolvimento da matemática; se essa disciplina é a base de todas as ciências e todas as artes; se o domínio dos números e das operações é decisivo para o sucesso numa sociedade competitiva; se o desenvolvimento tecnológico está fundamentado em cálculos e logaritmos; se o Brasil é a terra de Malba Tahan, o professor, educador e pedagogo que usou álgebra e aritmética para escrever maravilhosos contos ao estilo Mil e Uma Noites; se somos um povo criativo e vocacionado para os mais intrincados desafios, por que 89% dos estudantes chegam ao final do ensino médio sem aprender matemática?

Se o país já oferece escola para praticamente todas as crianças em idade escolar; se as escolas brasileiras vêm adotando sucessivos antídotos para a repetência, entre os quais a progressão continuada, e algumas redes públicas não mais reprovam nas três primeiras séries; se o trabalho infantil, um dos motivos do afastamento dos estudantes das escolas, está proibido no Brasil; se os jovens brasileiros têm facilidade para dominar as complexidades da tecnologia digital; se a infância e a adolescência são os períodos da vida em que o cérebro humano está mais proenso ao aprendizado, por que a maioria dos alunos brasileiros não aprende o esperado para a sua idade?

Se a escola é o caminho mais seguro para a formação dos jovens e para a ascensão social de camadas expressivas da população; se a idade escolar é um dos períodos mais importantes e significativos da vida de um ser humano; se é nessa época que melhor se desenvolvem valores positivos, como a camaradagem, a ética e a cooperação; se um bom aluno será, sem muita margem para erro, um cidadão ordeiro, responsável e produtivo; se a oferta de aprendizado é a melhor herança que as famílias podem deixar para suas crianças e adolescentes; se a educação é reconhecida como o passaporte para um futuro digno, por que muitos pais não participam da vida escolar de seus filhos?



O ALUNO É A PRIORIDADE

O Brasil está na antessala do futuro.

Já é a sexta economia do mundo, vive uma era de pleno emprego, a renda per capita dos brasileiros ultrapassou os US\$ 10 mil e nosso país começa a ser reconhecido como potência mats do que emergente no novo mundo multipolar.

É um país que cresce e que conseguiu reformatar sua pirâmide social, mas que ainda precisa superar obstáculos decisivos para alcançar o pódio do desenvolvimento. O maior deles é o déficit educacional, que continua excluindo gerações de brasileiros das promissoras oportunidades que se abrem para o nosso país.

São constrangedoras nossas posições nos rankings internacionais: 88º lugar entre 127 nações na aferição da Unesco; 53º em leitura e ciências e 57º em matemática, entre 65 países no Pisa, que é a avaliação educacional mais importante do mundo; temos um percentual de 9,6% de analfabetos e apenas uma universidade entre as cem melhores do mundo. Rio Grande do Sul e Santa Catarina ostentam bons indicadores sociais, mas ainda estão longe da excelência na área educacional.

O Grupo RBS não aceita esta realidade.

Temos compromissos históricos com o desenvolvimento econômico e social dos dois estados do Sul e acreditamos que a educação é a arma mais poderosa para transformar as pessoas e tornar o mundo melhor. Fazem parte do DNA desta organização a responsabilidade social, a atenção aos jovens, a promoção dos valores locais e da cultura regional.

Por isso, orientado desde a sua fundação pela crença de que uma empresa de comunicação deve ter responsabilidade diferenciada para com o público, a RBS decidiu concentrar suas ações e seus investimentos sociais na educação, com prioridade nos estudantes e o propósito transparente de mobilizar a sociedade no sentido de participar do processo, fiscalizando a qualidade do ensino e valorizando a escola, os professores e as práticas inovadoras.

Neste contexto, ao completar 55 anos de fundação, o Grupo RBS reafirma o compromisso de coloçar todas as suas empresas e seus veículos de comunicação a serviço da qualificação da educação nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, por meio das seguintes ações que compartilha com a sociedade:

Compromissos da RBS

- Divulgar temas relacionados ao ensino, com foco prioritário no interesse dos estudantes
- Valorizar a escola como centro de saber e espaço para o desenvolvimento individual e coletivo dos alunos
- Dar visibilidade aos indicadores de qualidade da educação, especialmente às avaliações das escolas
- Defender a valorização dos profissionais do ensino
- Mobilizar a sociedade para participar ativamente no processo educacional, estimulando os pais a se tornarem agentes fiscalizadores da qualidade da aprendizagem
- Destacar e premiar iniciativas inovadoras e positivas de ensino, para que sirvam como referência de qualificação

Segue>



Mauricio Sirotsky Sobrinho (1925-1986

Presidente do Conselho de Administração e Comitê Editorial Nelson Pacheco Sirotsky

Cláudio Thomas Lobe Sonde Gustave louripe

Mando Sinsky Hodro Pullett Parer Presidente Executivo Eduardo Sirotsky Melzo Diretoria Esecutiva

esidente foridico e de Relacties Go esidente de Finanças Caudio Toigo Filho esidente de Gestão e Pessoas Deli Masso osidente de Internet e Mobiles Pubo Bruggios

Vice presidente de Segmento Rural: Geraldo Cor

exidente de Educação: Mariano de Bost ra Executiva de Estratégia e Desenvolvis Diretor Institucional e Juridico SC: Psulo Gallotti eter de Operaciona e Produto SC: Visitor Bor Hoods

DIÁRIO CATARINENSE



Debate pelo aprendizado

Painel RBS reúne hoje o ministro da Educação, secretários estaduais e especialistas para o lançamento da campanha "A Educação Precisa de Respostas"

m encontro entre autoridades e especialistas da área da educação vai marcar o início de uma busca por respostas para os principais dilemas da educação brasileira.

A realização de um painel para debater os tlesaños do ensino no país dará início na manha de hoje à nova campanha institucional do Grupo RBS, que pretende mobilizar a sociedade para esse tema, fiscalizar e cobrar ações eficazes do poder público e destacar exemplos positivos que podem inspirar outras iniciativas exitosas.

A nova bandeira institucional tem como mote a procura por soluções para os principais obstáculos à aprendizagem de qualidade. Por isso, tem como slogan A Educação Precisa de Respostas. Nos próximos meses, todos os veiculos da RBS – jornais, TVs, rádios esites – vão se debruçar sobre seis questões específicas que, uma vez respondidas, serão capazes de iluminar problemas pouco conhecidos do ensino no Brasil e apontar possíveis caminhos para a melhoria dos indicadores.

As questões, que procuram despertar a reflexão, foram elaboradas por uma equipe multidisciplinar a partir das metas de qualidade definidas pela ONG Todos pela Educação (leia ao lado).

O primeiro passo dessa busca por uma melhor qualidade nas escolas, já que o Brasil ocupa uma constrangedora 88º posição no ranking mundial da educação elaborado pela Unesco, será dado a partir das 9h de hoje com a realização de um Painel RBS sobre educação. Deverão estar presentes o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, os secretários estaduais do Rio Grande do Sul, Jose Clovis de Azevedo, e de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, a secretária municipal do Rio de Janeiro, Claudia Costin, e o conselheiro do movimento Todos Pela Educação Mozart Neves Ramos.

Primeira pergunta questiona posição brasileira em ranking internacional

Como parte dessa mobilização, o Diário Catarinense e os demais veiculos deverão publicar séries de reportagens envolvendo temas como a formação e valorização dos professores, a participação das famílias no universo escolar e o baixo aproveitamento dos alunos ao final dos niveis Fundamental e Médio. A campanha também inclui a veiculação de anúncios em que especialistas de todo o país avaliam o cenário nacional. A logomarca do projeto tem como símbolo um dedo em riste, gesto habitual de quem quer fazer uma pergunta.

A questão a servir como ponto de partida para reportagens e debates é "Por que, mesmo sendo a sexta economia do mundo, o Brasil ainda está no 88º lugar no ranking mundial da educação?".

AS SEIS PERGUNTAS

- Por que, mesmo sendo a sexta economia do mundo, o Brasil ainda está no 88º lugar no ranking mundial da educação?
- Por que 34,5% dos alunos do Ensino Médio não estão na série correspondente à sua idade?
- Por que é importante os pais participarem da vida escolar dos seus filhos?
- Por que apenas 2% dos estudantes querem seguir a carreira de professor?
- Por que 89% dos estudantes chegam ao final do Ensino Médio sem aprender o esperado em matemática?
- Por que a maioria dos alunos matriculados no último ano do Ensino Fundamental não aprende o mínimo considerado adequado?

Participantes do Painel

ALOIZIO MERCADANTE



Ministro da Educação, badharel em Economía pela USP Foi deputado federal, senador e ministro de Ciléncia e Tecnologia. Em janeiro, foi nomeado pera a pasta de Educação.

EDUARDO DESCHAMPS

Secretário estadual de Educação de Sante Catarina, tem graduação, mestrado e doutorado em Engenharia Elétrica. Está credenciado como docente avalicador do Insp. Exmator da Universidade Regional.



CLAUDIA COSTIN

Secretária municipal de Educação do Rio, é graduada em Administração Pública, com doutorado em Gestão. Foi ministra da Administração e secretária da Cultura de São Parán.



JOSE CLOVIS AZEVEDO

Secretário estadual de Educação do RS, é doutor em Educação pela USP. Lecionou na rede pública, foi dirigente do Opers e secretário municipal da Educação de Porto Alegre.



MOZART NEVES RAMOS

Conselheiro do movimento Todos Pela Educação e professor da Universidade Federal de Pernambuco. Eieto Educador

17 especialistas

Profissionais ligados à área participam da primeira fase da campanha, respondendo às seis perguntas:

- Antônio Elizio Pazeto, doutor em Educação e professor da Universidade do Estado de SC (Udesc)
- Ctáudia Costin, secretária de Educação do Rio. ex-ministra da Administração do governo FH
- Fernando Becker, doutor em Psicología Escolar e do Desenvolvimento Humano. Prof. da UFRGS.
- Gustavo loschpe, economista e especialista em educação
- Helena Sporleder C\u00f6rtes, doutora em Educação e professora da Facultade de Educação da PUCRS
- Jorge Gerdau Johannpeter, empresário, presidente do Conselho de Governança do Todos pela Educação
- José Francisco Soares, professor da Faculdade de Educação da UFMG, com pós-doutorado em Educação
- José Paulo da Rosa, diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-RS)
- Lourival José Martins Filho, diretor de Ensino do Centro de Ciéncias Humanas e da Educação da Udesc e presidente do Conselho Municipal da Educação de Florianópolis (SC)
- Meria Amabile Mensuttii, pedagoga, coordenadora técnica no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)
- Mirtam Abramovay, socióloga com doutorado em Ciéncias da Educação, coordenadora do projeto Violência e Convivência nas Escolas Brasileiras
- Mezart Neves Ramos, professor e conselheiro do movimento Todos pela Educação
- Nássara Scheck, diretora da Escola Estadual Aunéio Reis, em Porto Alegre
- Priscila Fenseca da Cruz, diretora executiva do movemento Todos pela Educação
- Silvia Colello, protessora da USP e coordenadora do Grupo de Estudos e Pasquistas sobre Alfabetização e Letramento
- Simon Schwartzman, doutor em Ciências Politicas, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade no Río de Janeiro
- Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna e conselheira do Todos pela Educação

Como acompanhar

Hoje, das 9h às 11h Pela TV Transmissão pela TVCOM

Pelo rádio CBN Diário (SC) Rádio Gaúcha (RS)

Pela internet
Pelos seguintes sites:
www.gl.com.br/sc
www.gl.com.br/sc
www.painelrbs.com.br



O projeto na wel

Confira informações sobre o projeto no site:

Notícias do Dia - Cidade

"Maconha: Decisão sobre instituto provoca reação"

Juiz Alexandre Morais da Rosa / Registro de estatuto social / Instituto da Cannabis - InCa / Discriminalização da maconha / Ministério Público de Santa Catarina / Promotor Henrique Limongi / Recurso no Tribunal de Justiça – TJSC / Grupo de estudantes da UFSC / Marcha da Maconha

MACONHA

Decisão sobre instituto provoca reação

CRISTIANO ANUNCIAÇÃO Especial para o Noticias do Dia

FLORIANÓPOLIS - O registro oficial de uma entidade que busca debater e pesquisar a cannabis sativa — nome científico da maconha — está gerando polêmica em Florianópolis. O juiz Alexandre Morais da Rosa, da 4ª Vara Criminal, autorizou um cartório da cidade a conceder registro de estatuto social à a sociação, denominada de InCa (Instituto da Maconha). Porém, o MP (Ministério Público) de Santa Catarina. por meio do promotor Henrique Limongi, considera que o ato vai incentivar o uso da maconha, fazendo apologia ao crime.

Limongi entrou com recurso no TJ (Tribunal de Justiça) contra a autorização dada pelo juiz. Ao processo, foi anexado – dentre outros documentos – o estatuto e a ata da assembleia de fundação do InCa, datada de maio de 2012. Como o processo está em aberto, o promotor informou que não vai falar sobre o assunto, pelo menos por enquanto. A decisão deve sair nos próximos dias.

Segundo Mariana Marques, estudante de Serviço Social da UFSC e uma das fundadoras do InCa, o pedido de registro foi feito há quase dois anos. Como o cartório teve dúvidas sobre sua legalidade, o pedido foi encaminhado à Justiça. A exigência do juiz para oficializar a entidade foi pela mudança da sigla InCa, já que é a mesma do Instituto Nacional do Câncer.

Mariana explica que o objetivo do InCa é fazer pesquisa científica e contribuir para o debate sobre a legalização da maconha. "Nosso propósito é ter um respaldo legal para lutar a favor da legalização", explica.

Embora respeite a decisão judicial, a Polícia Militar de Santa Catarina vê o registro do instituto "com certa preocupação", fazendo coro à opinião do promotor Henrique Limongi. "Trata-se de uma decisão judicial e não cabe à PM qualquer tipo de contestação", informou em nota o Centro de Comunicação Social da PM.

Grupo se reúne há três anos

Formado por um grupo de estudantes da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), o InCa (Instituto da Maconha) funciona desde 2009 – quando ocorreu a primeira Marcha da Maconha em Florianópolis –, mas a assembleia inicial registrada em ata foi realizada quase um ano depois. O objetivo da marcha é a legalização da maconha, assim como ressaltar a necessidade de discussão sobre essa medida.

O instituto tem atualmente cerca de cem associados. "Inicialmente éramos só estudantes e depois o movimento foi se abrindo à participação de professores", diz Mariana Marques, uma das fundadoras do instituto.

O InCa conta com blog e perfis nas redes sociais, onde são atualizadas informações sobre a maconha e eventos do grupo. "Em muitos países, a cannabis é usada como droga medicinal, sobretudo para tratar o câncer. Queremos aprofundar esse debate também aqui no Brasil", explica a estudante.

Notícias do Dia - Editorial

"Um assunto sério demais"

Polêmica / Registro de estatuto social / Instituto da Cannabis - InCa / Discriminalização da maconha / Ministério Público de Santa Catarina / Recurso no Tribunal de Justiça - TJSC / Grupo de estudantes universitários / Tráfico e consumo de drogas ilícitas

Um assunto sério demais

Uma polêmica foi instalada em Santa Catarina com a autorização, por um juiz de Florianópolis, do registro em cartório do Instituto da Maconha, criado por estudantes universitários. Atento, o Ministério Público do Estado já entrou no circuito, pleiteando junto ao Tribunal de Justiça a anulação do ato do magistrado. Por mais que o tema seja visto como curioso, ou bizarro, há muita gravidade em respaldar tal pleito dos jovens acadêmicos. A razão é simples: desconsidera os riscos que poderão advir do funcionamento do institu-

to, cuja meta é nada menos do que legalizar o consumo da maconha no país.

O Ministério Público, como guardião dos interesses da sociedade, não poderia mesmo tolerar o registro do instituto, nascido a partir da vaga argumentação de que visa ao estímulo da pesquisa científica e ao debate sobre o uso de drogas. Ouvida, a Polícia Militar admite que 80% das ocorrências que atende têm relação com o tráfico e o consumo de drogas ilícitas.

A questão, aliás, deve chamar a atenção de toda a população e disseminar o fato insofismável de que a responsabilidade pelas sequelas decorrentes do tráfico é, em última análise, do consumidor. É ele quem alimenta as redes criminosas que atuam à sombra da lei e patrocinam crimes de toda sorte, incluindo assassinatos em série nos principais centros urbanos do país. A pesquisa e a ciência teriam mais a ganhar se os universitários usassem sua energia para forçar o governo a investir mais em tecnologia e inovação, acelerando o processo de transformação do Brasil numa nação avançada e com mais justiça social.

Revista Its

"Cotas na universidade"

Brasil / Desigualdades / Constituição / Ações afirmativas / Cotas no vestibular das universidades públicas / Programas de bolsas / Prouni / Fies / MEC / Racismo / UFSC / Programa de Acompanhamento e Avaliação de Ações Afirmativas da UFSC





Por Ulysses Dutra - Ilustração Léo Romão

Será que elas criam uma divisão na sociedade ou com elas estamos acertando as contas com o passado e modificando o futuro?

esde que a gente nasce vai descobrindo que mesmo que a Constituição, a mídia, a igreja e nossos pais nos digam que no Brasil todos são iguais, as coisas não bem assim. Nosso país foi construído com muito sangue e suor, não só dos colonizadores portugueses e dos imigrantes, mas também de africanos, seus descendentes e os indígenas que aqui estavam desde sempre.

A sociedade evoluiu mas houve, e há ainda, um grande abismo entre quem tem muito e quem tem pouco. E em sua imensa maioria quem tem pouco são os descendentes desses escravos e dos índios.

Nos últimos anos, ações afirmativas partiram do governo para atender a reinvindicação da sociedade que busca corrigir essas desigualdades. Dentre elas a mais importante e que gera polêmica, é a adoção de cotas no vestibular das universidades públicas.

Pra começar então, o que são as tão faladas cotas?

Basicamente, o sistema de cotas é uma política criada pelo governo para tentar promover a igualdade de acesso ao ensino superior. Ela determina uma reserva de vagas em instituições públicas ou privadas para candidatos que se autodeclaram serem negros, índios ou carentes.

Estes candidatos, ao invés de concorrer pelo sistema universal de vagas, escolhem o sistema de cotas e concorrem à quantidade de vagas reservadas ao seu grupo, estabelecida pela instituição de ensino. Assim, um vestibulando negro que opta pelas cotas, concorre apenas com negros que também optaram pelo sistema.

Desigualdades históricas

O reconhecimento de que existem desigualdades na sociedade é o ponto de partida para a elaboração dessa política. A gente gosta de se ver sempre melhor do que somos e com a sociedade não é diferente. No Brasil se prega o mito de que não há racismo mas a gente sabe que não é bem assim. Os dados sobre o país mostram que a população autodeclarada negra é de 46%, dos quais 5,6% são pretos e 40,4%, pardos (IBGE). Apenas 6,8% da população com mais de 25 anos tem diploma universitário; sendo que desses, 82,8% são brancos, 14,3% são negros e 2,9%, são de outras etnias.

É não é apenas a população negra que tem mais dificuldades no acesso ao ensino superior.

Quem estuda em escola pública tem que se esforçar muito mais para enfrentar e vencer os desafios do vestibular.

Por isso, muitos que são contra as cotas argumentam que o governo deveria é melhorar o ensino fundamental e médio, para que todo aquele que quiser cursar uma faculdade, concorra em pé de igualdade com alunos de escolas particulares, brancos e pardos.

Sou a favor de cotas na universidade por RENDA FAMILIAR. Pobre não tem ensino de qualidade, logo realmente merece um incentivo pro superior



E alguma coisa tem sido feita?

Nos últimos anos, programas de bolsas como o Prouni e o Fies facilitaram a entrada na universidade para quem tem menos condições financeiras e no governo Lula foram criadas novas universidades públicas em vários Estados, com grandes investimen-

tos. De acordo com o MEC, o ensino superior forma atualmente um milhão de "Mas nem com pessoas por ano. Em 2002 eram 300 mil. vagas de cotas

O governo Dilma continua investindo na expansão do ensino superior e nas políticas de inclusão. Por que não basta dar acesso à universidade, tam-

bém é importante manter o aluno no curso. Por isso são investidos R\$505 milhões por ano, pelo MEC, em políticas de assistência estudantil.

Muitas instituições não têm restaurante univer-

sitário, com comida a preços populares; não têm moradia estudantil e não têm bibliotecas com livros para todos. Se o Estado não procurar atender essas necessidades, esta ação afirmativa fracassaria e daria argumentos para quem é contra. "Mas nem com

"Mas nem com guem se formar?".

É importante também que se invista pesado no ensino fundamental e médio, para dar ao estudante uma boa bagagem para enfrentar a realidade de um curso superior,

onde as exigências aumentam. O sistema de mérito que existe dentro de qualquer universidade no mundo todo, exige condições mínimas para o progresso nos estudos.

estes caras

conseguem se

formar?"

O debate necessário

Todos nós temos nossas opiniões e nem sempre sabemos como as criamos, se estamos apenas repetindo algo que ouvimos, se estamos influenciados por algum preconceito. É preciso se informar sobre qualquer assunto que se queira discutir. A sociedade precisa ser informada para participar do debate sobre as cotas, sem dogmas ou preconceitos que sempre dissimularam o racismo e a discriminação no Brasil. Só assim pode-se garantir que as políticas afirmativas não sejam populistas e nem eleitoreiras, mas sim políticas que consertem erros históricos e que no futuro próximo, todos sejam iguais perante a lei, de fato.

65% da população apóia a reserva de um quinto das vagas nas universidades públicas

Uma pesquisa do Datafolha, de 2006, mostrou que 65% da população apóia a reserva de um quinto das vagas nas universidades públicas, para negros e descendentes. Esse número revela que as ações do governo têm respaldo na sociedade e são um desejo da nação. Mas como uma medida reparatória elas não podem ser para sempre.

Mesmo os que defendem o sistema, acreditam que ele deve ter prazo para durar. Agora quem é que vai decidir esse prazo? É a sociedade. Ela que se mobilizou para criar as cotas, ela que deve continuar debatendo constantemente o assunto.

> Ridículo, independente de cor, raça ou religião todos nós somos iguais. logo, não faz sentido essa diferenciação @maheduardaf





Uma breve história das cotas no

BRASIL

- Em 2001 foi realizada a Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, no Rio de Janeiro. Dali saiu um relatório chamado "A Carta do Rio," que virou a base do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Intolerância. Nesta carta, a questão das cotas foi citada pela primeira vez em um documento oficial, que apresentou duas metas: a criação de políticas de ação afirmativa na área de educação; e o estabelecimento de cotas para negros na universidade.
- A primeira universidade brasileira a adotar as cotas em seu processo seletivo foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ainda em 2001. Já a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição federal a criar uma política de cotas. Atualmente mais da metade das universidades estaduais e 42% das federais adotam algum tipo de ação afirmativa no Brasil.
- Em SC, a UFSC e a Udesc, as duas maiores universidades públicas, têm um programa de ação afirmativa, com a adoção de cotas no vestibular.

As mudanças que aparecem

Dúvidas à parte, o fato é que a universidade já mudou e a discussão das cotas trouxe o tema do racismo e discriminação de classe à tona, e isso já é muita coisa.

Conversando com alguns professores da UFSC, onde as cotas foram adotadas em 2007, ouvi muitas histórias de como o governo Lula de fato investiu na educação superior de uma maneira como há muito não se fazia no Brasil. As políticas econômicas aplicadas garantiram a ascensão da classe C, criando uma enorme classe média ávida por evoluir e estudar. O professor Luiz Alberto Scotto, do curso de Jornalismo da UFSC, conta que percebeu que o perfil dos alunos mudou. "Hoje em dia eu pergunto aos alunos e têm filhos de pedreiro, motorista, pintor. Antes era só filho de médico, advogado, engenheiro".

Para o professor Marcelo Tragtenberg, presidente do Programa de Acompanhamento e Avaliação de Ações Afirmativas da UFSC, "os grandes beneficiados serão a próxima geração, que vai ter um exemplo dentro de casa".

Dez anos depois de começar a ser adotado o sistema de cotas, a medida foi discutida no ano passado, no dia 19 de setembro, no Senado Federal por senadores, militantes e membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa. A conclusão foi que a ação foi "bem sucedida, ao promover significativa e O sistema de cotas fessores". relevante inclusão da população negra brasileira no ensino superior público".

Baseados em dados e pesquisas, os participantes do encontro chegaram à conclusão

de que o sistema de cotas não estimulou o racismo nas universidades e de que a qualidade do ensino não foi prejudicada. Viram ainda que o desempenho dos alunos cotistas não é significamente inferior, ou superior, ao dos não cotistas.

Qual é a universidade que queremos?

Atualmente 160 instituições públicas de ensino superior possuem algum tipo de ação afirmativa. Os cotistas em universidades brasileiras são cerca de 330 mil, sendo 110 mil deles negros e descendentes. Em 32 universidades estaduais

Os cotistas em universidades brasileiras são cerca de 330 mil

e 38 universidades federais existem sistemas de cotas raciais. Em 77% delas foram adotados por iniciativa própria e nas restantes através da legislação de cada Estado.

Os números têm comprovado a validade do sistema. Na verdade, a questão atualmente nem é mais quem é a favor ou contra, mas sim de qual forma deve ser feita a inclusão de cotistas. Uma coisa é certa, a universidade brasileira está mudando e quem vai decidir os rumos somos nós.

Este é o sentimento que encontrei entre os professores da UFSC. Scotto afirmou "que os cotistas não são melhores, nem piores que os outros alunos. Na média tem o mesmo desempenho, embora alguns casos pre-

cisem de mais atenção dos pro-

Na UFSC, que adotou as cotas em 2007, a medida aumentou o número de negros na universidade e tornou a participação deles

bem mais equilibrada com a porcentagem de negros na população de Santa Catarina. "E os números mostram que os negros são os que menos evadem da universidade", conta o professor Marcelo Tragtenberg.

não estimulou o racismo





A FAVOR

As cotas são necessárias para promover a igualdade de direitos entre as diversas etnias que compõe o país. O sistema também é importante para levantar a auto-estima das minorias atendidas em seu direito à educação.

Os dados de 20 universidades que adotaram o sistema de coano de estudo, os cotistas apresentaram notas iguais ou superiores aos alunos não cotistas.

A universidade brasileira é

composta em sua imensa maioria por pessoas brancas e assim apenas o pensamento de um grupo étnico é valorizado nas soluções para os problemas da atualidade no país.

Negros, índios e pessoas carentes têm menos oportunidades de acesso ao ensino. Desprofissões menos valorizadas.

A desigualdade racial e social no Brasil está fortemente enraizada em nossa história.

Só com uma ação efetiva do governo seria possível superar o abismo que existe entre brancos e negros, entre ricos e pobres.

Estudos realizados pelo MEC, e outros órgãos estatais como o INEP, e a CAPES, mostram que a ascensão social e econôsa maneira não adquirem boa mica está diretamente ligada tas, revelam que depois de um educação e acabem ocupando ao acesso ao ensino. Assim, o sistema de cotas é necessário. para romper o padrão brasileiro de desigualdade, onde por quatro gerações ininterruptas, negros e pardos possuem me-

nos escolaridade, menos salário, menos acesso à saúde, menos índice de emprego e piores condições de moradia.

A adoção da cotas é justificada moralmente e é criada pelo governo em ressonância com um desejo da sociedade.

Diversos países multi-étnicos e multi-raciais adotaram ações afirmativas, como uma maneira de promover a igualdade racial. Estados Unidos, Índia, Malásia, entre outros.

OS DOIS LADOS

Os argumentos contra e a favor das cotas na universidade são todos bastante sensatos. No meio de muitas incertezas, uma coisa é clara: a reserva de vagas incentivou a sociedade a debater o racismo no Brasil, onde existe o preconceito, mas de forma velada.

A Constituição Federal afirma que todos são iguais, mas o princípio da igualdade é ameacado guando o sistema de cotas, trata negros e brancos de forma desigual

O sistema de cotas raciais torna obrigatória a reserva de vagas para negros nas instituições federais de ensino superior. Isso pade definir os

direitos do cidadão baseado em sua cor da pele.

Cor da pele não define caráter e nem capacidade intelectual. Com o sistema de cotas o mérito acadêmico fica em segundo plano.

O governo deve investir no ensino médio e no fundamental das escolas públicas. O caminho para o combate à exclusão social é o oferecimento de serviços públicos de qualidade, para todos.

Discriminar os brasileiros e definir seus direitos com base na "raça" é uma falácia científica. A geneticista Maria Cátira Bortolini, em parceria com o geneticista Sérgio Pena realizou um estudo que comprovou que negros brasileiros têm, por par-

te de pai, mais genes europeus do que africanos. Então fica difícil dizer quem é negro e quem é branco, ou quem é não-negro e não-branco no Brasil.

As cotas podem acabar indo para uma elite negra, que teve as mesmas oportunidades que muitos não-negros, criando um privilégio para essas pessoas.



CLIPPING DIGITAL

G1 - Santa Catarina Notícias

Chapecó é a cidade de SC com maior número de pessoas com Hepatite B

Secretaria da Saúde / Chapecó / Hepatite B / Hemocentro de Santa Catarina – Hemosc / Doação de órgãos / Sociedade Brasileira de Hematologia / Vacina / Pesquisa realizada pela UFSC

De Olho na Ilha Notícias

UFSC sedia a partir de hoje a III Semana de Direitos Humanos

III Semana de Direitos Humanos / Auditório do Centro Sócio-Econômico da UFSC – CSE / Observatório de Direitos Humanos / Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC – PPGD-UFSC